

**Conselho Fiscal**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA  
EXERCÍCIO DE 2019**

**1. INTRODUÇÃO**

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, compete ao Conselho Fiscal *“examinar e dar parecer sobre o relatório e contas anuais, antes de serem submetidas à apreciação da assembleia geral”*.

Deste modo, o presente relatório, dando cumprimento àquele desiderato, expressa a posição do Conselho Fiscal da Cruz Vermelha Portuguesa sobre o relatório e contas anuais, em termos individuais, relativas ao exercício de 2019, apresentadas pela sua Direção Nacional.

**2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA**

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade desenvolvida, tendo reunido com a regularidade mensal prevista nos estatutos e, adicionalmente, sempre que as circunstâncias o justificaram, atentas as questões que lhe foram colocadas pelos Serviços e a necessidade de acompanhar a atividade da Cruz Vermelha Portuguesa.

No decurso do exercício de 2019 o Conselho Fiscal pronunciou-se especificamente sobre os seguintes temas:

- Processo de hipoteca sobre as frações V e AI do imóvel sito na Rua Dr. Manuel Cardona, Entrada C, n.º. 2, em Vila Real, para efeitos de prestação de garantia a um financiamento a conceder pela Caixa Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro, no montante de 320 000 euros, com um prazo de 144 meses;
- Processo de alienação de um lote de terreno, denominado Lote 12, composto por uma parcela de terreno destinada a construção urbana, com a área total de 436,4 metros quadrados, com uma área bruta de construção de 315,0 metros quadrados, destinado a habitação, sito na Rua da Cruz Vermelha, freguesia de Vilela, concelho de Paredes.



1/7



### **Conselho Fiscal**

- Processo de alienação de uma moradia com terreno, situada na Rua Dr. Sá Carneiro, com a designação de Casa do Lago, em Mucifal, Sintra.
- Processo de alienação de um imóvel sito na Quinta do Machado, no Prior Velho em Lisboa, destinado a habitação.
- Processo de arrendamento à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de um prédio urbano sito na Av. Rainha D. Amélia, 51, em Lisboa.

As matérias analisadas foram objeto de uma posição favorável e de concordância com a atuação preconizada pelos Serviços e pela Direção Nacional, quando aplicável, sem prejuízo da formulação das recomendações consideradas adequadas e necessárias nas circunstâncias, as quais, de uma forma geral, se relacionaram com a necessidade de uma cuidadosa instrução dos respetivos processos, no respeito pelos princípios essenciais do rigor, transparência, boa gestão e, sempre que aplicável, da consulta ao mercado, de modo que a Direção Nacional só se pronuncie quando esteja habilitada com toda a informação de suporte adequada.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o encerramento das contas do exercício de 2019, bem como a atividade de auditoria desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela certificação legal das contas da Cruz Vermelha Portuguesa, considerando por isso que está em condições de expressar a sua opinião sobre o relatório e contas anuais, em termos individuais, relativas ao exercício de 2019, apresentadas pela Direção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.

### **3. QUALIDADE E TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE GESTÃO**

Importa, antes de mais, salientar que a tempestividade da informação contabilística e de gestão disponível no âmbito da Cruz Vermelha Portuguesa continua a enfermar de múltiplas fragilidades, as quais são suscetíveis de condicionar a tomada atempada de medidas de gestão, bem como de um conhecimento oportuno da sua situação económica e financeira.

Com efeito, sendo o universo da Cruz Vermelha Portuguesa constituído por 132 delegações locais, 16 extensões de delegações locais, 17 centros humanitários e 8 organismos autónomos, num total de 173 estruturas locais, a que acresce a sede nacional, importa ter presente que a contabilidade apenas é



### **Conselho Fiscal**

elaborada com recurso ao sistema informático comum (SAGE ERP X3) relativamente a 81 destas estruturas, das quais 74 através dos Serviços da sede nacional.

Deste modo, na maioria das estruturas locais a contabilidade ainda é elaborada com recurso a gabinetes de contabilidade locais, utilizando sistemas informáticos muito diferenciados e mesmo, em alguns casos, planos de contas distintos do que se encontra definido, a nível central, para a Cruz Vermelha Portuguesa.

Esta situação, para além dos gastos financeiros acrescidos que gera com a contratação de gabinetes de contabilidade locais, envolve ainda, com muita frequência, a proliferação de critérios contabilísticos distintos e a adoção de procedimentos contabilísticos diferenciados.

Em função desta situação, incompreensível para uma organização com a dimensão e complexidade da Cruz Vermelha Portuguesa, torna-se impossível, ao longo de cada exercício, dispor de informação sobre a posição económico-financeira agregada do conjunto das delegações e, consequentemente, o conhecimento da situação global da Cruz Vermelha Portuguesa, o que implica, por exemplo, um grande desconhecimento, ao longo do ano, sobre se a exploração está a revelar-se equilibrada ou, não o estando, onde se situam os principais focos de desequilíbrio.

Esta situação é igualmente a principal responsável pelas dificuldades sentidas ao nível do processo de encerramento contabilístico anual, gerando atrasos expressivos no processo de prestação de contas e subsequente aprovação das mesmas em sede de assembleia geral.

Face a esta realidade, não compatível com a importância, dimensão e complexidade da Instituição, só muito recentemente foi possível conhecer, em termos agregados, a posição financeira global da Cruz Vermelha Portuguesa, bem como o resultado apurado no exercício de 2019, o que, como se compreenderá, é fortemente condicionador da gestão e limitador da tomada de medidas de gestão pertinentes e oportunas, sempre que tal se revele necessário.

Reconhece-se que esta realidade é recorrente, e que a sua resolução envolve um elevado esforço, designadamente em termos informáticos, de pessoal tecnicamente qualificado e de modernização e racionalização de procedimentos, com o inerente esforço financeiro que tal envolve.

## **Conselho Fiscal**

Contudo, entendemos que este esforço poderá constituir um investimento rapidamente recuperável, sobretudo por via das economias geradas pelos custos (evitáveis) que atualmente ocorrem, consequência da proliferação de contabilidades descentralizadas, bem como pelos ganhos em termos de tempestividade e qualidade da informação, de que beneficiarão não só a Direção Nacional e os Serviços centralizados, como também as próprias delegações locais, cujos procedimentos poderão ser fortemente simplificados, com as economias inerentes que daí poderão resultar.

### **4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

A *performance* económica da Cruz Vermelha Portuguesa em 2019 apresentou-se negativa, contrariando a realidade evidenciada nos últimos anos, sobretudo por força do impacto gerado pelo prejuízo alcançado pela Sociedade Gestora do Hospital da Cruz Vermelha, de que resultou um efeito desfavorável no resultado líquido apurado pela Cruz Vermelha Portuguesa no montante de 2.120.160 euros. Caso se desconsiderasse este efeito, o resultado líquido apurado pela Cruz Vermelha Portuguesa teria ascendido a 1.189.363 euros, posicionando-se a um nível muito semelhante ao apurado em 2018.

De salientar ainda que, face à informação disponível à data, o exercício de 2020 irá ser de novo penalizado pelo impacto gerado pela participação da Cruz Vermelha Portuguesa na sociedade gestora do Hospital da Cruz Vermelha.

Em termos positivos importa destacar a evolução favorável do agregado de Vendas, Serviços Prestados, Subsídios, Doações e Legados à Exploração, que no seu conjunto aumentaram 5.191.681 euros face a 2018 (mais 8,1%), e onde a operação de auxílio a Moçambique teve um efeito relevante.

No que se refere à evolução da rubrica de Outros Rendimentos, que sofre uma quebra de 3.584.328 euros, importa ter em atenção que o valor alcançado em 2018 foi fortemente influenciado pela mais-valia alcançada com a alienação, nesse ano, do edifício da Avenida José Malhoa, em Lisboa, situação que, naturalmente, não se repetiu em 2019.



## **Conselho Fiscal**

Relativamente ao comportamento das rubricas de gastos, e para além do já referido a propósito do impacto gerado pela participação na sociedade gestora do Hospital da Cruz Vermelha, importa ainda referir o aumento de 4% ocorrido ao nível dos Gastos com Pessoal (mais 1.494.189 euros) e de 2% relativamente a Fornecimentos e Serviços Externos (mais 528.995 euros).

Constata-se assim, e em síntese, que a situação deficitária gerada pela exploração em 2019 se ficou a dever, quase exclusivamente, ao efeito decorrente do reconhecimento da quota-parte das perdas geradas pela sociedade gestora do Hospital da Cruz Vermelha.

De salientar, finalmente, que apesar de já abordado em sede de assembleia geral, ainda não foram implementados mecanismos suscetíveis de assegurar a participação de todas as estruturas locais na compensação dos gastos gerados pela sede nacional, os quais são realizados, de um modo geral, em benefício de todas as estruturas da Cruz Vermelha Portuguesa

No que se refere à situação financeira, a Cruz Vermelha Portuguesa evidencia, no final de 2019, um passivo total de 56.332.479 euros, onde predomina o total de financiamentos obtidos, no montante de 34.672.292 euros (mais 1.202.809 euros face a 2018), incluindo-se neste agregado não só os financiamentos bancários puros como também os descobertos bancários, operações de *leasing* e de *factoring*.

De salientar que cerca de 41% dos financiamentos bancários foram contraídos ao nível da sede, sendo o restante contraído por estruturas locais, incluindo o Lar Militar e a Escola Superior de Saúde.

Estes financiamentos geraram gastos financeiros e outros encargos equiparados, no montante de 1.084.829 euros, o que reflete uma redução de 43% face aos encargos da mesma natureza gerados em 2018, os quais também tinham sido afetados pela operação de alienação do edifício da Avenida José Malhoa, em Lisboa.

No entanto, e em simultâneo com este nível de endividamento, verifica-se uma situação algo paradoxal, dado que a Cruz Vermelha Portuguesa dispõe de um saldo de disponibilidades (caixa e depósitos bancários) que, no final de 2019, ascendia a 21.851.132 euros (19.158.153 euros no final de 2018). Deste saldo, 9.153.619 euros era constituído por depósitos a prazo, repartidos por trinta estruturas locais, que geraram apenas 37.200 euros de rendimento, correspondente a cerca de 0,4%.

## **Conselho Fiscal**

Esta situação reflete, de forma inequívoca, uma ineficiência significativa, dado que se traduz numa realidade anacrónica, em que a Cruz Vermelha recorre ao crédito bancário, a taxas de mercado muito mais elevadas do que as que remuneram os depósitos a prazo onde aplica os excedentes de tesouraria que simultaneamente tem, ao nível de algumas estruturas locais.

À semelhança dos procedimentos adotados pela generalidade dos grupos empresariais com preocupações de gestão eficiente, justificar-se-ia, em nossa opinião, que a Cruz Vermelha Portuguesa adotasse um regime de *cash pooling*, em que os excedentes gerados por umas estruturas pudessem ser utilizados temporariamente por outras estruturas, mediante uma remuneração adequada, atenuando as necessidades de recurso a endividamento bancário, naturalmente mais oneroso e penalizador para a Instituição.

Naturalmente que este mecanismo, à semelhança do que sucede em diversos grupos económicos, não poderia penalizar as necessidades das estruturas que contribuíssem positivamente para este *cash pooling*, devendo ser assegurado que, em caso de necessidade das mesmas, haveria fundos disponíveis para acudir a essas necessidades.

## **5. AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha as funções de Vogal ROC do Conselho Fiscal procedeu à auditoria às contas individuais, tendo emitido a correspondente Certificação Legal das Contas, com uma reserva por limitação de âmbito, decorrente da insuficiência de informação agregada, que a impediu de desenvolver todos os procedimentos que considerava necessários para se pronunciar sobre um conjunto de saldos constantes das demonstrações financeiras.

De salientar que esta insuficiência de informação se prende com o descrito no ponto 3 do presente relatório, decorrente da ausência de uma contabilidade centralizada e de procedimentos regulares de agregação e consolidação da informação gerada a nível das estruturas locais.

No exercício das nossas competências, expressamos a nossa concordância com o teor da certificação legal das contas.



**Conselho Fiscal**

**6. PARECER**

Em cumprimento do disposto na a) do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, o Conselho Fiscal, atento o exposto nos pontos anteriores, bem como na Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha as funções de Vogal ROC do Conselho Fiscal, expressa o seu parecer favorável à aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2019, relativos à posição individual da Cruz Vermelha Portuguesa.

Consequentemente, o Conselho Fiscal expressa o seu entendimento de que as mesmas se encontram em condições de ser aprovadas pelos Senhores Associados, em sede de Assembleia Geral.

Chama-se ainda a atenção para as diversas considerações tecidas ao longo do presente Relatório.

Elaborado em 27 de novembro de 2020

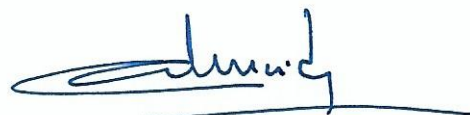
O Conselho Fiscal



Ernesto Ribeiro  
Vogal



Francisco Soares  
Presidente



Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.  
Representada pelo sócio Vitor Almeida  
Vogal ROC